

**XXX CONGRESSO NACIONAL
DO CONPEDI FORTALEZA - CE**

**DIREITO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE,
BIODIREITO E DIREITOS DOS ANIMAIS I**

ABNER DA SILVA JAQUES

MARCELO TOFFANO

JAQUELINE PRAZERES DE SENA

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

Direito ambiental, sustentabilidade, biodireito e direitos dos animais [Recurso eletrônico on-line] Organização CONPEDI

Coordenadores: Abner da Silva Jaques; Jaqueline Prazeres de Sena; Marcelo Toffano. – Florianópolis; CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-908-7

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Saúde: Acesso à justiça, Solução de litígios e Desenvolvimento

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito ambiental e sustentabilidade. 3. Biodireito e direito dos animais. XXX Congresso Nacional do CONPEDI Fortaleza - Ceará (3; 2023; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA - CE
DIREITO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE, BIODIREITO E DIREITOS
DOS ANIMAIS I

Apresentação

O Centro Universitário Christus sediou nos dias 15, 16 e 17 de novembro o XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA - CE com o tema ACESSO À JUSTIÇA, SOLUÇÃO DE LITÍGIOS E DESENVOLVIMENTO.

O conjunto de pesquisas que são apresentadas neste livro faz parte do Grupo de pôsteres apresentados no bloco de “DIREITO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE, BIODIREITO E DIREITOS DOS ANIMAIS”. Os debates demonstraram que o direito ao meio ambiente saudável é uma das principais pautas das agendas políticas. Buscou-se, acima de tudo, repensar as prioridades em relação à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

Convidamos todos para uma agradável leitura da íntegra de todos os pôsteres que pode ser encontrada na presente publicação.

Abner da Silva Jaques

Jaqueline Prazeres de Sena

Marcelo Toffano

A IMPORTÂNCIA DO ACESSO A LEIS PARA USO ORDENADO DOS RECURSOS PESQUEIROS EM RESERVAS EXTRATIVISTAS, PARÁ, BRASIL, AMAZÔNIA.

**Luis Antonio Gomes de Souza Monteiro de Brito¹
Jamyllle Oliveira de Araújo**

Resumo

As Reservas Extrativistas assumem um papel de suma importância ao ordenar o acesso e uso desse ecossistema pelas famílias que habitam nos arredores, uma vez que, alinhando esses ecossistemas com o uso sustentável dos recursos ali presente e com a conservação ambiental, tende a fornecer aos beneficiários recursos de qualidade. Nos manguezais do litoral paraense, especialmente na região do nordeste paraense, a extração de caranguejos, bem como a captura de camarões, peixes, mexilhões e outros organismos, representam atividade desenvolvida por grande parte do povo ribeirinho. Além dessa atividade de captura, também ocorre o extrativismo vegetal, pelo qual a madeira dos mangues é usada como combustível doméstico e industrial, na construção de cercas e currais para pesca. A necessidade de se conhecer e avaliar a capacidade de suporte de determinado ecossistema e avaliar as relações socioeconômicas das populações humanas presentes, são fundamentais para a construção de ações e medidas que visem a ocupação e a exploração sustentável dos recursos provenientes destes ambientes, principalmente pela proposição de um manejo sustentável norteado por legislação específica. À luz de artigos e pesquisas que dissertam sobre o tema, o trabalho pretende analisar a importância do acesso a leis para o uso ordenado e exploração de recursos naturais em Reservas Extrativistas e como tais atitudes podem ter repercussões quando observadas sob a perspectiva do direito coletivo e nocivos quando vislumbram os prejuízos gerados em patrimônio nacional. Buscando meios onde a exploração sustentável dos recursos seja eficaz, norteado por legislação específica e gerando impacto positivo a longo período. Por meio de revisão bibliográfica foram analisadas leis, portarias e outros atos normativos infralegais, bem como artigos relacionados a formas de ordenamento de recursos naturais pesqueiros. Através de dados governamentais sobre as condições e a influência da pesca nas Reservas Extrativistas nos últimos anos e o esforço, ou ausência dele, para garantir o uso sustentável e manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado. A atividade pesqueira é regida pela Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. A receita gerada pela pesca brasileira chegou na casa dos \$ 8 bilhões, sendo que a piscicultura gera cerca de 1 milhão de empregos diretos e indiretos, especificamente no que se refere à pesca do caranguejo uçá, onde a produção chegou à ordem de 8.535t correspondendo a 16% da produção extrativa marinha de crustáceos do Brasil. Foram encontradas algumas legislações que norteiam as boas práticas relacionados as Unidades de Conservação, sendo elas: IBAMA (2003), relativa a IN nº 34/03-N, é proibida a captura de fêmeas no período de 1º de dezembro

¹ Orientador(a) do trabalho/resumo científico

a 31 de maio; Novo Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651 – 2012); Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605 – 1998); Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938 – 1981); Lei de Fauna (Lei 5.197 – 1967); Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433 – 1997); Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei 9.985 – 2000); Área de Proteção Ambiental (Lei 6.902 – 1981). A atividade de uso sustentável das comunidades tradicionais nas Resex ajustadas empiricamente à dinâmica da renovação do sistema pode contribuir para o aumento da diversidade biológica. As Reservas Extrativistas Marinhas, localizadas no nordeste paraense, apresentam uma extensa área de manguezal, ainda pouco conhecida no que se diz respeito à potencialidade dos seus recursos e capacidade de suporte dos mesmos. Com isso, faz-se necessário intensificar os estudos acerca do tema, pois a elaboração de novas legislações e planos de ações contribuem para um resultado eficaz onde, dessa forma as tais medidas são importantíssimas para que os recursos naturais sejam preservados e ordenados de maneira a garantir a continuação de todas as espécies incluindo a humana.

Palavras-chave: Regulamentação, Área de Manejo Sustentável, Amazônia

Referências

IBAMA. 2007. Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação Federais do Brasil. Brasília: edições IBAMA;

Oliveira-Neto, J.F., Baggio, R. A, Ostrensky, A., CHAMMAS, M. A., Boeger, W.A. 2014. Assessing the genetic diversity and gene flow of populations of the crab *Decapoda: Ocypodidae* on the Brazilian coast using microsatellite markers. *Journal of Crustacean Biology*, 34(1), 70-75;

ABREU, S. J.; DOMIT, C.; ZAPPES, A. C. 2017. Is there dialogue between researchers and traditional community members? The importance of integration between traditional knowledge and scientific knowledge to coastal management. *Ocean and Coastal Management*, v. 141, p. 10–19;

JOKINEN, M; HUJALA, T; PALONIEMI, R; VAINIO, A. 2018. Private landowners and protected species: What sort of noncompliance should we be worried about? *Global Ecology and Conservation*, v. 15, p. e00407.